



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Elaborado com base no modelo contido no site da

SEPLAG/MG (versão 1.0 disponível em www.mg.gov.br/planejamento/pagina/logistica/minutas)

DATA	Órgão Solicitante	Número da Unidade de Compra
09/04/2024	Secretaria de Estado de Fazenda	1191023 - Ipatinga

Sector Responsável pelo Pedido	Superintendência ou Diretoria
Sector: AF/Ipatinga - Administração Geral E-mail: afipatingaag@fazenda.mg.gov.br Ramal para contato: (31) 2136-4100	SRF/Ipatinga - AF/2º Nível/Ipatinga

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais hidráulicos e elétricos, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTO DESCRIÇÃO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (conforme mapa de preços)	VALOR TOTAL (conforme mapa de preços)	LOCAL DE ENTREGA DAS MERCADORIAS
Lote 1	1	726451	TAMPA PARA VASO SANITARIO - MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; COR: BRANCA;	MODELO: NÃO ALMOFADADA E COMPATÍVEL COM LOUÇAS OVAIS;ACABAMENTO/SUPERFÍCIE: LISA; CAPACIDADE DE SUPORTE: ATÉ 150KG; TIPO DE FECHAMENTO: CONVENCIONAL; COR: BRANCA;	Unidade	15	R\$82,18	R\$1.232,77	PRÉDIO DA RECEITA ESTADUAL DE IPATINGA – AVENIDA 28 DE ABRIL, Nº 630, CENTRO, IPATINGA/MG – CEP: 35160-004
	2	76180	REPARO PARA VALVULA DESCARGA - TIPO: COMPLETO; VALVULA: DE 1 1/2 POLEGADA; COMPATIBILIDADE: DOCOL;		Unidade	3	R\$56,19	R\$168,55	
	3	1338480	REPARO PARA VALVULA DESCARGA - TIPO: COMPLETO; VALVULA: 1.1/4 POLEGADAS; COMPATIBILIDADE: HYDRA 2550 LUXO;		Unidade	10	R\$84,50	R\$845,00	
	4	1515217	SIFAO - MATERIA-PRIMA: FLEXIVEL EM PVC; MEDIDAS: 1 1/2 POLEGADAS/DUPLO SANFONADO UNIVERSAL;		Unidade	5	R\$18,45	R\$92,23	
	5	323853	BOIA PARA CAIXA DAGUA - BITOLA: 3/4 POLEGADA, HASTE EM METAL E BALAO EM PVC;		Unidade	5	R\$61,67	R\$308,32	
	6	31720	TORNEIRA DE MESA - MATERIA-PRIMA: PVC; BITOLA: 1/2 POLEGADA; TIPO: USO GERAL;	TORNEIRA DE MESA (INSTALAÇÃO VERITICAL) PARA LAVABO, BICA ALTA, QUE SUPORTA PRESSÃO DE SERVIÇO DE PELO MENOS 4,0KGF/CM², PARA USO EM ÁGUA FRIA E QUE ESTEJA EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 10281	Unidade	15	R\$43,38	R\$650,66	
	7	1014340	REPARO PARA TORNEIRA - MARCA/LINHA: ONEEL/BICA MOVEL ACABAMENTO C50; BITOLA: 1/2 POLEGADA;		Unidade	4	R\$21,94	R\$87,77	

	8	93440	RABICHO HIDRAULICO - MATERIA-PRIMA: PVC; TIPO: FLEXIVEL; BITOLA: 1/2 POLEGADA; MEDIDAS: 40CM;	RABICHO HIDRÁULICO (ENGATE) DEVE SUPOARTAR PRESSÃO DE SERVIÇO DE PELO MENOS 4,0KGF/CM² E USO EM ÁGUA FRIA.	Unidade	15	R\$5,65	R\$84,76	
Lote 2	1	291277	INTERRUPTOR - IDENTIFICACAO: DE SOBREPOR. DE PRESSAO. TIPO: MODULO; FORMATO: RETANGULAR; SECAO: 2 SECOES; CORRENTE/TENSAO: 127V/25A; DETALHES: PARALELAS;	INTERRUPTOR DE 2 SECOES PARALELAS, TIPO MODULOS DE PRESSAO. ACOMPANHA SUPORTE DE FIXACAO E PLACA NAS MEDIDAS EXTERNAS DE 7,8 CM X 11,8 CM. COR BRANCA, 2 POSTOS HORIZONTAIS SEPARADOS, REFERENCIA 618506.	UNIDADE	10	R\$18,05	R\$180,51	PRÉDIO DA RECEITA ESTADUAL DE IPATINGA – AVENIDA 28 DE ABRIL, Nº 630, CENTRO, IPATINGA/MG – CEP: 35160-004
	2	1593935	TOMADA PARA REDE ELETRICA - FORMATO: RETANGULAR, 4X2; TIPO: PADRAO BRASILEIRO, EMBUTIR COM PLACA; PINOS/POLOS: 2X2P+T; MATERIA-PRIMA: TERMOPLASTICO AUTO-EXTINGUIVEL; TENSAO: 127/220 VOLTS; CORRENTE: 10 AMPERES; COR: BRANCA;	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$11,16	R\$111,56	
	3	1768018	ADAPTADOR/PLUG - FORMATO: PINO CILINDRICO; TIPO: MACHO; PINOS/POLOS: PINO 2P + 1T; MATERIA-PRIMA: PLASTICO E METAL; TENSAO: MAXIMA 250V; CORRENTE: 20 AMPERES; COR: PRETO;	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$8,40	R\$84,00	
	4	242420	TOMADA SISTEMA X - TIPO CONECTOR: UNIVERSAL, 2 PINOS, 10 AMP - 250 VOLTS, C/ESPELHO; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FORMATO: ; PINOS/POLOS: ; TENSAO: ; CORRENTE: ;	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$12,69	R\$126,93	
	5	1239937	ADAPTADOR/PLUG - FORMATO: HEXAGONAL; TIPO: PINOS CILINDRICOS; PINOS/POLOS: 2P + T; MATERIA-PRIMA: TERMOPLASTICO; TENSAO: 250 VOLTS; CORRENTE: 20 AMPERES; COR: CINZA;	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$6,90	R\$69,00	
	6	1590928	INTERRUPTOR - IDENTIFICACAO: MODULO INTERRUPTOR; FORMATO: RETANGULAR; SECAO: 1; CORRENTE/TENSAO: 10A/250V; DETALHES: SIMPLES;	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$9,65	R\$96,46	
	7	1619020	PILHA AA - TIPO: NAO-RECARREGAVEL; TAMANHO: PEQUENA(AA); TENSAO: 12V; AMPERAGEM: NAO APLICAVEL;		UNIDADE	16	R\$7,76	R\$124,20	
	8	1462539	TOMADA PARA REDE ELETRICA - FORMATO: HEXAGONAL; TIPO: PADRAO BRASILEIRO TIPO EMBUTIR COM PLACA; PINOS/POLOS: CILINDRICOS DE 4,0MM, 2P+T; MATERIA-PRIMA: PVC; TENSAO: 250 VOLTS; CORRENTE: 20 AMPERES; COR: CONFORME SOLICITACAO PELO ORGAO/ENTIDADE;	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$13,12	R\$131,16	

9	1008099	<u>ADAPTADOR/PLUG -</u> <u>FORMATO:</u> <u>MONOBLOCO(PADRAO</u> <u>BRASILEIRO); TIPO:</u> <u>MACHO; PINOS/POLOS: 2</u> <u>PINOS REDONDOS;</u> <u>MATERIA-PRIMA: PVC;</u> <u>TENSAO: 250 VOLTS;</u> <u>CORRENTE: 10</u> <u>AMPERES; COR:</u> <u>BRANCO;</u>	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$5,65	R\$56,51
10	1462520	<u>TOMADA PARA REDE</u> <u>ELETRICA - FORMATO:</u> <u>HEXAGONAL; TIPO:</u> <u>PADRAO BRASILEIRO</u> <u>TIPO EMBUTIR COM</u> <u>PLACA; PINOS/POLOS:</u> <u>CILINDRICOS DE 4,0MM,</u> <u>2P+T; MATERIA-PRIMA:</u> <u>PVC; TENSAO: 250</u> <u>VOLTS; CORRENTE: 10</u> <u>AMPERES; COR:</u> <u>CONFORME</u> <u>SOLICITACAO PELO</u> <u>ORGAO/ENTIDADE;</u>	CONFORME NORMA ABNT NBR VIGENTE CERTIFICADO INMETRO.	UNIDADE	10	R\$9,87	R\$98,68
11	1252097	<u>PILHA AAA - TIPO: NAO-</u> <u>RECARREGAVEL</u> <u>(ALCALINA); TAMANHO:</u> <u>AAA (PALITO); TENSAO:</u> <u>1,5 VOLT; AMPERAGEM:</u> <u>CONFORME</u> <u>FABRICANTE; RECARGA:</u> <u>NAO APLICAVEL;</u>		UNIDADE	16	R\$9,51	R\$152,20
TOTAL:							R\$4.701,27

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

1.3. Compra com lotes exclusivos para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido, conforme disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

1.4 Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, inciso I e II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa ou autorização de compra.

1.5 Descrição da solução (informações complementares do objeto)

1.5.1 O lance do fornecedor vencedor deve incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão única e exclusivamente a cargo da Contratada.

1.5.2 Todos os materiais fornecidos deverão estar em consonância com a legislação vigente, caso exista.

1.6 Descrição da Solução

1.6.1 Como a AF/DF/SRF-Ipatinga não está acobertada por nenhum contrato de manutenção predial, faz-se necessário manter um estoque mínimo de alguns itens visando o atendimento das demandas mais recorrentes e urgentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa da aquisição propriamente dita

2.1.1 A aquisição dos materiais discriminados no item 1.1 deste Termo de Referência se mostra necessária pelos seguintes motivos:

2.1.2. A aquisição dos materiais hidráulicos e elétricos listados neste termo de referência visa suprir a necessidade principalmente da AF/DF/SRF-Ipatinga. Vale esclarecer que, como a U.E. Ipatinga não está acobertada por nenhum contrato de manutenção predial, faz-se necessário manter um estoque mínimo de alguns itens visando o atendimento das demandas mais recorrentes e urgentes;

2.1.3. A realização de processos de compras (em vez da sistemática do ressarcimento de despesas emergenciais) propicia maior participação e competitividade entre fornecedores e consequentemente resultar na compra de produtos e serviços com melhor preço;

2.1.4. A Secretaria de Estado de Fazenda MG não dispõe de contrato global, ou seja, não há setor responsável, na Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF, pela compra e distribuição dos referidos produtos para as Administrações Fazendárias, sendo necessário que cada Unidade Executora providencie a compra do quantitativo que entenda adequado para suprir a demanda anual das Unidades Administrativas requisitantes;

2.2 Enquadramento do objeto do certame como bem/serviço comum

O objeto do certame em questão (descrição dos bens propriamente ditos, padrões de qualidade e de desempenho) foi delimitado por meio de especificações usuais do mercado, e, portanto, se enquadra no conceito de bens e/ou serviços comuns. Nesse sentido, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução SEPLAG nº 34/2023, a Equipe de Planejamento da Contratação entende que a Cotação Eletrônica de Preços (COTEP) se mostra a alternativa adequada para viabilizar a referida aquisição. É importante mencionar, ainda, que a contratação em questão não representa parcela de serviço ou material que poderia ter sido adquirido de forma integral por meio de processo de compra de maior valor.

2.3 Quantitativo estimado

2.3.1 Para fins de delimitação do objeto do certame, a Equipe de Planejamento da Contratação baseou-se nos seguintes fatores:

a) A crescente necessidade desse tipo de material, principalmente para o prédio onde está instalada a AF/DF/SRF-Ipatinga;

b) A estimativa de consumo para pelo menos 1 (um) ano. Inclusive, vale esclarecer que os materiais que serão adquiridos não possuem data de validade e/ou

periodicidade de troca. Por esse motivo, mesmo não sendo possível estimar com precisão a demanda anual (a necessidade desse tipo de material é esporádica), considerando principalmente a situação do prédio onde está instalada a AF/DF/SRF-Ipatinga (imóvel mais antigo e que, cada vez mais tem necessitado de reparos hidráulicos e elétricos), entende-se que o quantitativo de materiais que será adquirido seja suficiente para pelo menos 01 (um) ano;

2.4 Preço de referência

Considerando a inexistência de pelo menos 3 registros de preços no Módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG e/ou incompatibilidade dos preços existentes no referido sistema com os praticados na região de Ipatinga, a Equipe de Planejamento e Contratação optou pelo cálculo do preço de referência tomando por base a **média aritmética** dos orçamentos coletados de fornecedores da Região de Ipatinga e dos preços existentes no Módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG.

2.5 Justificativa para a escolha da fonte de pesquisa de preços

Embora o art. 6º, § 1º da Resolução SEPLAG nº 102/2022 oriente que sejam priorizados como fontes de preços os sistemas oficiais de governo, como o módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG, bem como as aquisições e contratações realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até um ano anterior à data da pesquisa de preços, a Equipe de Planejamento da Contratação optou por realizar pesquisas de preços com fornecedores da Região de Ipatinga devido a:

- a) inexistência de pelo menos 3 registros de preços no módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG;
- b) incompatibilidade dos preços existentes no módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG com os praticados na região de Ipatinga;

2.6 Justificativa para a escolha da metodologia utilizada para o cálculo do preço de referência

Com base na recomendação da SPGF (vide recorte abaixo) e no disposto no art. 6º, § 1º da Resolução SEPLAG nº 102/2022, a Equipe de Planejamento da Contratação considerou como preço de referência a **média aritmética** dos 3 orçamentos coletados de fornecedores da Região de Ipatinga e dos preços existentes no Módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG.

De: atendimentoosef@fazenda.mg.gov.br <atendimentoosef@fazenda.mg.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 28 de março de 2023 13:27
Para: Filipe Ferreira da Silva <filipe.silva@fazenda.mg.gov.br>
Assunto: [SEF ATENDE] Resposta Mensagem - #1352088 Aquisições e Contratos

FALE COM A SPGF

Prezado(a) Filipe Ferreira da Silva,

Ref. a mensagem: 1.352.088 - Aquisições e Contratos

A Resolução Seplag nº 102/2022, que regulamenta o procedimento de pesquisas de preço para aquisição de bens e serviços, cita a questão do sobrepreço, do preço inexequível e do preço discrepante, e Nesse sentido, gostaria de saber se há algum critério objetivo para análise das questões supracitadas (ex.: orçamentos inferiores ou superiores a 50% da média aritmética dos orçamentos coletados).

Resposta: Deverá ser feita a média.

Outro ponto que tenho dúvida se refere ao caput do art. 8º da Resolução supracitada. O referido dispositivo preconiza que "serão utilizados, como métodos para obtenção do orçamento estimado para a c priorização de tais métodos. Nesse caso, se numa prorrogação de contrato a U.

Resposta: No memo art. 8º § 6º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados. A Unidade Demandante que deverá analisar de forma criteriosa.

E. optar pela sistemática da média aritmética para obtenção do preço de referência terá que justificar o motivo pela não opção da mediana ou valor do menor orçamento?

Resposta: A Unidade Demandante quando não tiver parâmetro de preço, obrigatoriamente terá que justificar qual a sistemática utilizada.

Outro ponto, a Unidade deverá inserir as solicitações realizadas por e-mail e que não foram respondidas também as negativas (fornecedor informando que não tem interesse, se for o caso).

No caso de novas contratações, cabe a U.

E. tão somente lançar no Portal de Compras o valor das pesquisas de preço realizadas, ou seja, o próprio Portal de Compras, baseado no artigo supracitado e nos demais dispositivos da Resolução Sepla

Resposta: Sim. Mas vale lembrar que, caso o servidor precisar cadastrar manualmente o sistema permite.

Atenciosamente,

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

2.7 Justificativa para não elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

- a) Trata-se de documento facultativo nos termos do inciso I, § 1º do artigo 4º da Resolução SEPLAG/MG nº Resolução nº 115 de 29/12/2021;
- b) A evidenciação do problema a ser resolvido (necessidade de materiais hidráulicos e elétricos para reparos esporádicos nos imóveis supracitados) consta neste Termo de Referência;

c) Considerando que atualmente a U.E. Ipatinga não dispõe de recurso orçamentário e financeiro para celebração de contrato de prestação de serviços de manutenção predial com fornecimento de materiais, considerando que a Superintendência de Ipatinga está empenhada, mas ainda não conseguiu viabilizar a mudança da AF/DF/SRF-Ipatinga para imóvel com melhor estrutura e que atenda de forma mais satisfatória às necessidades da SEF/MG, entende-se que no momento a única alternativa viável para suprir eventuais necessidades é a aquisição de materiais hidráulicos e elétricos;

d) Considerando que se trata de objeto de valor e complexidade relativamente baixos e considerando o disposto nos itens anteriores, entende-se que, o caso em tela não exige a elaboração de estudo mais aprofundado para avaliação da viabilidade técnica e econômica desta contratação;

e) Além disso, o artigo disponível na Trilha de Aprendizagem da SEPLAG/MG sobre o Estudo Técnico Preliminar - ETP (vide trecho contido no quadro abaixo) reforça o entendimento de que o citado documento é dispensável nos casos de dispensa de licitação por valor.

(...) Convém frisar que as informações a serem levantadas não se aplicam igualmente a toda e qualquer demanda, sendo uma boa prática a adoção de formulários orientadores para elaboração dos estudos preliminares, de acordo com o tipo da contratação pretendida. Além disso, há situações nas quais a exigência do ETP é imprópria[6]:

1) nas Licitações Dispensáveis:

– em função do valor;

– em função da situação emergencial;

– para contratação de remanescente, pois este já foi produzido quando da licitação original.

2) na prorrogação de serviços de natureza continuada, uma vez que o documento já foi produzido na fase de planejamento da contratação e contemplou as prorrogações que o objeto permite. Todavia, já há indicativo do TCU para avaliação, como condição para as prorrogações contratuais, se a necessidade que motivou a contratação ainda existe e se a solução escolhida ainda é a mais vantajosa[7]. Além disso, nas contratações de Tecnologia da Informação a análise de viabilidade nessa fase já vem sendo pedida pelos normativos correlatos[8].

3) nas contratações padronizadas, uma vez que a solução identificada já foi estudada;

4) nos serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade, que podem ser elaborados de forma conjunta, já que são estudos similares e equivalentes, de tal modo que é possível conciliar os documentos.

É possível, ainda, deparar-se com outras situações nas quais esse artefato seria desnecessário. Nesses casos, para uma ideal equação onde há ou não a necessidade de se elaborar um ETP, é imprescindível uma análise sistêmica das demandas, sendo certo que é possível haver situações nas quais os estudos realizados representam apenas retóricas de outras contratações e acabam tornando-se mais um documento a somar-se aos demais que são exigidos na lei.

Em apoio a essa posição, o Decreto nº 10.024/2019 apresenta, no artigo 8º, um mostruário de documentos que deve instruir o processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico e destaca a discricionariedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, condicionando-o à sua necessidade.

Logo, o entendimento de que é vedada a realização de contratação sem o ETP não tem como se sustentar, tendo em vista ser imprescindível a avaliação do universo no qual se situa a demanda e a real necessidade de produção do documento.

Em regra, entretanto, considerando as exceções já pontuadas, o Estudo Técnico Preliminar é exigido nas contratações de serviços, obras[9] e de soluções de tecnologia da informação, que demandam análise atual e contextualizada da necessidade da instituição e do mercado. (...)

Fontes de pesquisa:

* Trilha de Aprendizagem SEPLAG/MG - Trilha: Estudo Técnico Preliminar / Parte 1 / Tópico visão Geral do Planejamento da Contratação (Link <https://www.ead.planejamento.mg.gov.br/mod/folder/view.php?id=1716>);

* Site consultor Jurídico (Link <https://www.conjur.com.br/2020-jan-10/maturidade-qualificacao-etapa-planejamento-contratacoes-publicas/>);

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Da Participação de Consórcios

3.1.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

3.2 Da subcontratação

3.2.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual. Considerando que a execução integral do objeto do certame, pelo Licitante Vencedor, não se mostra inviável do ponto de vista técnico-econômica, considerando que órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União - TCU entendem que a subcontratação deve ser tratada como exceção (Acórdão TCU nº 2669/2016), caberá ao Licitante Vencedor responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência.

3.3 Sustentabilidade

3.3.1 Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação pois entende-se, S.M.J, que a aquisição em tela não representa nenhum risco ao meio ambiente e também não trará nenhum impacto social, econômico ou cultural relevante.

3.4 Da indicação de marcas ou modelos

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5 Da vedação de utilização de marca ou modelo

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6 Da exigência de carta de solidariedade

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7 Da Garantia da Contratação

3.7.1 Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8 Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica

3.8.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.9 Da Vistoria

3.9.1 Como trata-se de mero fornecimento de mercadorias, não haverá necessidade de vistoria por parte da Contratada.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo de Entrega

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 20 (vinte) dias corridos contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

4.2 Do Local e Horário da Prestação do Serviço

4.2.1 As mercadorias deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.1 deste Termo de Referência.

4.2.2 O fornecimento das mercadorias deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira de 09h às 11h e 13h às 17h, em horário previamente combinado com a Contratante.

4.2.3 O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) servidor designado e/ou responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e/ou previstas no Termo de Referência e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.1.1. O vencimento;

5.2.1.2. A data da emissão;

5.2.1.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.1.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.2.1.5. O valor a pagar; e

5.2.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.3. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1 A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.8. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. Da antecipação do Pagamento

5.4.1 Não há previsão de pagamento antecipado na presente contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais

- 6.1.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo de compra em tela, bem como as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.1.4. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial da contratação, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Gestão e Fiscalização da Contratação

6.2.1 As partes deverão respeitar as especificações contidas neste Termo de Referência, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2 Nos termos do art. 7º e 117 da Lei nº 14.133/21, ficam designados os seguintes servidores para gerir e fiscalizar a contratação em tela como representantes da Administração, bem como adotar as medidas previstas no art. 140 da Lei 14.133/21 e no art. 15 e 16 do Decreto Estadual nº 48.587/2023.

a) Lote 1 e 2: Marcelo Gonzaga Tasca, Masp 752.579-3, Filipe Ferreira da Silva, Masp 752.216-2 e Cristiane Yurie Sakuraoka, Masp 752.143-8;

6.2.3 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do objeto, o fiscal da contratação dará ciência à Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

6.2.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.4.1 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento das condições previstas no Termo de Referência.

6.2.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.2.7 A Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste Termo de Referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial da Contratada.

6.2.8 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade da Contratada e eventualmente aplicar sanções.

6.2.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO** por lote, conforme justificativa apresentada neste Termo de Referência.

7.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta

7.2.1. A proposta terá validade de 30 (trinta) dias corridos contados da data de aceitação.

7.2.1.1. Se solicitado, o fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.2.2 A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conterá minimamente as seguintes informações:

7.2.2.1. Descrição completa e detalhada do objeto e dos seus itens individualizados;

7.2.2.2. Valor unitário e total dos itens, incluídos todas as despesas inerentes ao fornecimento das mercadorias, tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre a prestação do serviço;

7.2.2.3. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

7.2.3 Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.2.3.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

7.2.4 Para decisão quanto à aceitabilidade da proposta, será examinada a melhor classificada, no que se refere à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação e com as especificações técnicas do objeto.

7.2.5 Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, as propostas que:

- 7.2.5.1. Contiverem vícios insanáveis;
- 7.2.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- 7.2.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.2.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

7.3. Da Amostra

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

7.4. Da Prova de Conceito (PoC)

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação Jurídica:

- 8.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).
- 8.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- 8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.
- 8.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 8.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.1.7. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 8.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- 8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 8.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
 - 8.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 8.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.4. Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

- 8.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

8.5. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, nos documentos por ele abrangidos, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

- 8.5.1. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
- 8.5.2. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 8.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver

controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

9.1.11. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

9.1.12. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

9.1.13. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto quando for o caso.

9.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9.1.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. Do Contratado

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;

9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

9.2.13. Comunicar ao Fiscal da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato

9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.26. Providenciar, caso não possua, conta bancária vinculada ao CNPJ do licitante vencedor.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- 10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 10.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$4.701,27 (quatro mil, setecentos e um reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 24.678 de 17/01/2024.

- 12.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária: **1191.04.129.045.4082.0001.339030.20 e 1191.04.129.045.4082.0001.339030.21**, fontes 10.1 e/ou 29.1;

Ipatinga, 14 de maio de 2024.

ELABORAÇÃO

Filipe Ferreira da Silva – Masp 752-216/2.

APROVAÇÃO

Gerência

Marcelo Gonzaga Tasca - Masp 752.579-3 - Gerente de Área da AF/2º Nível/Ipatinga.

Chefia Imediata e Titular da Unidade Administrativa

Marli Ferreira da Silveira Schuwarten - Masp. 669.799-9 - Chefe da AF/2º Nivel/Ipatinga



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Ferreira da Silva, Servidor**, em 14/05/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gonzaga Tasca, Gerente de Área**, em 14/05/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marli Ferreira da Silveira Schuwarten, Chefe de Administração Fazendária**, em 14/05/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **79390461** e o código CRC **94D252E7**.

Referência: Processo nº 1190.01.0020823/2023-13

SEI nº 79390461